



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GLEIZIMÁRIA DE SANTANA SANTOS

**COMBATE À FOME ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO UMA
VERTENTE DO DISCURSO DE POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2023-
2024)**

São Cristóvão/SE

2025

GLEIZIMÁRIA DE SANTANA SANTOS

COMBATE À FOME ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO UMA
VERTENTE DO DISCURSO DE POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2023-
2024)

Trabalho de Conclusão Curso II
apresentado ao Departamento de
Relações Internacionais como
requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Edson Tomaz de
Aquino

São Cristóvão/SE

2025

AGRADECIMENTOS

O fim deste trabalho marca o encerramento de uma longa trajetória, em que conheci muitas facetas de quem sou e de quem posso me tornar. Passei por muitos momentos baixos em que duvidei de mim mesma continuamente, mas não foram só momentos ruins, de forma alguma, e é por eles que estou aqui para agradecer.

Não tem como não ser clichê e não começar agradecendo a Deus, o Senhor me deu a sustentação que necessitava e obrigada por isso. Agradeço aos meus pais pelo o apoio e aceitação contínuos, vocês são luz na minha vida.

Agradeço às minhas irmãs, Glauci e Luci por estarem presentes em todos os momentos importantes da minha vida. E Glau, obrigada por ser meu apoio e me amar mesmo vendo o meu pior lado.

As minhas amigas Olga e Elayne, obrigada pelas conversas e por serem as melhores amigas que poderia pedir. Olga, obrigada por ser meu guia e por toda a ajuda com este trabalho.

Agradeço, ao meu amor, Felipe por sempre trazer momentos felizes para minha vida.

Agradeço a todo corpo docente das Relações Internacionais por serem gentis e tão dedicados ao trabalho. Em especial, a professora Bárbara Motta por iniciar junto comigo a trajetória deste trabalho sua orientação inicial foi fundamental. E também ao meu Orientador Edson Tomaz de Aquino pela gentileza e atenção ao aceitar me orientar durante todo o percurso, meu muito obrigada.

Ao Departamento de Relações Internacionais, minha gratidão.

RESUMO

O debate em torno da segurança alimentar e sua importância percorreu um longo caminho para ser uma questão de debate global, no campo internacional só se tornou uma questão relevante durante as duas grandes guerras, em que esteve atrelado em grande parte das décadas às questões econômicas e comerciais, apenas recentemente se tornou uma questão social. O Brasil, principalmente durante o governo Lula, sempre foi um protagonista na discussão de segurança alimentar, a qual fomentou o desenvolvimento de uma política externa em torno dessa temática. Favorecendo o aumento de ações de cooperação internacional que buscassem promover a segurança alimentar e nutricional com base nos programas já realizados no Brasil. À vista disso, o presente trabalho tem o intuito de analisar quais são as ações realizadas durante o governo Lula pelo período de 2023-2024 em torno da segurança alimentar tanto no âmbito interno como no âmbito internacional através da cooperação internacional, seja com países parceiros ou com organizações internacionais que fortaleçam a sua política externa.

Palavras - chave: Segurança Alimentar; Cooperação Internacional; Política Externa; Luiz Inácio Lula Da Silva.

ABSTRACT

The debate surrounding food security and its importance has come a long way to become a global issue, particularly internationally, only becoming a relevant issue during the two world wars. While largely tied to economic and trade issues for decades, it has only recently become a social issue. Brazil, particularly during the Lula administration, has always been a leading figure in the discussion of food security, leading it to develop a foreign policy focused on the issue. It has thus developed several international cooperation initiatives that seek to promote food and nutritional security based on programs already implemented in Brazil. In light of this, this paper aims to analyze the actions taken during the Lula administration for the period 2023-2024 regarding food security, both domestically and internationally, through international cooperation with partner countries or international organizations that strengthen its foreign policy.

Key Words: Food security; International Cooperation; Foreign Policy; Luiz Inácio Lula Da Silva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Caisan	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAI	Mais Alimentos Internacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
RAES	Rede de Alimentação Escolar Sustentável
WFP	World Food Programme

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. SEGURANÇA ALIMENTAR	
2.1. CONCEITO E HISTÓRIA.....	9
2.2.SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	12
3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (SOB A ÓTICA DA POLÍTICA EXTERNA)	
3.1.PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO.....	17
3.2. A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	18
3.3. O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	20
4. AÇÕES DO GOVERNO LULA NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (2023 - 2024).....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

O debate em relação ao que seria a segurança alimentar no campo internacional surgiu durante o período das grandes guerras, quando ela passou a ser um dever para os Estados e se transformou em uma questão estratégica para a definição de poder, como mostra Grizold (1993). Dessa forma, promover a segurança alimentar nos Estados se tornou um elemento crucial para a sua classificação no desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, o que seria considerado segurança alimentar foi se modificando ao longo dos anos. Josué de Castro (1946) acreditava que o termo não expressava apenas a ausência da fome, mas um problema social complexo com raízes históricas, políticas e econômicas. Sendo assim, a segurança alimentar deve incluir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e que respeitem a diversidade cultural e promovam a saúde.

Dessa maneira, foi necessário encontrar estratégias de combate à fome tanto no âmbito interno quanto no âmbito internacional, o que fomentou o surgimento de programas e estratégias de governos, como a cooperação entre Estados para promover a segurança alimentar. A cooperação entre os países é promovida desde o advento do Estado e vem sendo fortalecida pela integração de Estados em diversas áreas, segundo Cavalcante (1975).

Um dos maiores marcos em relação à segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional e que busca promover a cooperação internacional foi o surgimento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ela possui 195 membros e tem por objetivo liderar programas e ações que combatam a fome no globo, buscando promover principalmente ações de forma conjunta (FAO, 2025).

Desde os anos 70, o Brasil desenvolve ações que buscam reduzir a insegurança alimentar em território nacional, mas somente a partir do ano de 2003 que a postura do governo em relação ao tema se intensificou. Como pode ser observado durante o primeiro mandato do presidente Lula, que utilizou como vertente de política externa e estabeleceu parceria com diversos países como dito por Figueiredo e Galvão (2011).

Tendo todas essas informações em vista, o presente trabalho tem como objetivo abordar a atuação do governo Lula no período de 2023-2024 em relação à promoção de segurança alimentar no país, com um foco especial para ações que envolvem a cooperação internacional como vertente de política externa. Dessa forma, buscando responder às seguintes perguntas: “Quais foram as ações do governo Lula durante o período de 2023-2024 através da cooperação internacional para a promoção de segurança alimentar?” “Quais as ações no âmbito interno?” “Quais as ações no âmbito internacional?” “Elas permitiram uma narrativa na política externa?”

A metodologia do trabalho se baseou na realização de uma revisão bibliográfica utilizando da literatura nacional e internacional que foram encontradas através do google acadêmico e sites governamentais, que tem como fim observar se as ações foram efetivas e causaram impacto direto na redução da insegurança alimentar.

Sendo assim, o primeiro capítulo busca fazer uma análise histórica do que é o conceito da segurança alimentar, visando a suas diferentes interpretações e como ela está inserida no campo das Relações Internacionais, desde a sua visão de fortalecer o Estado até como moeda de comercialização presente nos momentos atuais.

Já o segundo capítulo procura apresentar o conceito de cooperação internacional, além de discorrer um pouco sobre a FAO e apresentar as ações que o Brasil desempenhou na área de segurança alimentar, tanto em âmbito nacional como elemento de política externa.

No terceiro capítulo busca-se fazer uma análise das ações que tentaram diminuir a insegurança alimentar tanto em âmbito interno como em ações que promoveram a cooperação em foco da segurança alimentar, seja com organizações ou com países parceiros no período de 2023 a 2024. Por fim, serão abordadas as considerações finais em que analisaremos as ações identificadas no presente trabalho foram suficientes para uma análise de política externa na área da segurança alimentar.

2. SEGURANÇA ALIMENTAR

2.1. CONCEITO E HISTÓRIA

O conceito de segurança alimentar foi sendo moldado desde o seu surgimento, mudando a perspectiva e o que é considerado fundamental para alcançá-la. Atualmente, alguns estudiosos

ainda buscam entender o que seria a segurança alimentar e estabelecer o melhor conceito para defini-la.

E para um dos autores mais conhecidos da área como Maluf (2007), a segurança alimentar e nutricional pode ser melhor compreendida quando ocorre a concretização do direito dos indivíduos ao acesso à alimentação de qualidade e com regularidade, de maneira que seja suficiente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Dessa forma, as práticas alimentares são usadas para promover saúde, evidenciando a importância de respeitar a diversidade cultural e assim conseguir cumprir o papel de levar em consideração os aspectos sociais, econômicos e também se é ambientalmente sustentável.

Autores mais atuais, como Azevedo (2017), levantam a questão de abranger o desenvolvimento social e econômico com gestão ambiental de maneira mais intrínseca ao conceito, buscando levantar a questão de desenvolver um modelo de produção de alimentos que tenha segurança alimentar e reforce meios tradicionais de produção para haver um menor impacto ambiental, e também que utilize recursos locais para atender as necessidades tanto físicas como sociais que envolvem o alimento.

Porém, as definições atuais de segurança alimentar foram moldadas ao decorrer do tempo de acordo com as diferentes necessidades de cada contexto histórico. O surgimento do que seria considerado segurança alimentar veio de uma realidade devastada pela Segunda Guerra Mundial e sua importância foi sendo ressaltada de maneira diferente dependendo da perspectiva que foi abordada. Desse modo, o conceito de segurança alimentar foi evoluindo ao longo das décadas, desde seu surgimento até a atualidade que visa a erradicação da fome e o estabelecimento de um sistema agroalimentar sustentável. Como dito por Maluf (2007), o direito à alimentação adequada não fica preso somente ao acesso aos alimentos, mas também à disponibilidade que seja apropriada a cultura local e que sejam cultivados de maneira sustentável.

A segurança alimentar é frequentemente discutida sob uma ótica econômica, mas também é fundamental observar sua importância para a segurança nacional e a estabilidade política, especialmente em países em desenvolvimento. Então, observa-se que o conceito de segurança alimentar e nutricional é dinâmico e que está em constante evolução, principalmente quando abordado a partir das políticas públicas como dito por Marques (2010).

Dessa forma, o conceito foi se transformando através das mudanças políticas, econômicas e sociais ao longo das décadas, desde o período pós-guerra até o período atual que está relacionado à sustentabilidade e às desigualdades sociais. Inicialmente concebido através de preocupações com a produção e distribuição de alimentos, além de incorporar aspectos

nutricionais, ambientais e sociais, refletindo a complexidade do sistema agroalimentar global e as interações entre segurança alimentar, saúde e direitos humanos, como dito por Marques (2010).

Ademais, quando o conceito de segurança alimentar surgiu tinha um objetivo bastante específico. Como Marques (2010) discutiu em seu artigo sobre o tema, salientando como a noção de segurança alimentar surgiu após a Segunda Guerra Mundial em países considerados centrais do capitalismo, dessa maneira sendo um produto dos conflitos armados ocorridos anteriormente. Assim, a segurança alimentar estava muito mais ligada a assegurar o abastecimento dos países europeus a alimentos vistos como estratégicos e não apenas considerando a questão monetária para se adquirir a mercadoria.

Outro autor que reverberou que o surgimento do conceito da Segurança Alimentar ter emergido no período entre as duas guerras mundiais foi Belik (2024), momento em que as nações centraram seus esforços na produção de alimentos para evitar a fome e essa decisão foi amplamente influenciada pelos eventos políticos e militares da época, com as nações buscando garantir a autossuficiência alimentar para proteger suas populações de possíveis embargos ou boicotes. Na década de 1970, a crise mundial de alimentos trouxe à tona a necessidade de políticas públicas que garantissem não apenas a produção, mas também o acesso a alimentos.

Ademais, com o advento da centralização do capitalismo e comercialização intensa no mercado global, os alimentos se tornaram mais um produto a ser comercializado internacionalmente e não um objeto vital de sobrevivência, sendo assim as maiores ações em torno da segurança alimentar eram torná-los mais acessíveis economicamente. Posteriormente, essa noção se tornou defasada à medida em que se observava uma contínua diminuição de preços e intensificação da produção de alimentos, ao mesmo tempo que a quantidade de pessoas com fome ao redor do globo aumentava, principalmente na África, Ásia, América Latina e Caribe, como salientado por Marques (2010).

Tendo isto como base, Marques (2010) ainda salienta a necessidade de considerar a grande barreira que as instituições e governos precisam enfrentar para conseguir estabelecer tentativas efetivas de promover a segurança alimentar para todos os cidadãos, principalmente aliado a uma política que o meio ambiente não seja afetado de maneira negativa.

Marques (2010) ressalta como autores do campo da soberania alimentar criticam essa forma organizacional do mercado alimentar e destacam a crise alimentar de 2008 como um dos maiores exemplos, já que, para eles, o modelo industrial agroalimentar não supre as necessidades de alimento da população mundial, suga os “serviços ecológicos” disponibilizados pela natureza, ao mesmo tempo que cresce suas monoculturas e usam

tecnologias que têm como fonte de funcionamento combustíveis não renováveis. Dessa forma, esses autores discutem como a continuidade do sistema é o principal empecilho para se obter a segurança alimentar, já que ele é o principal responsável por criar essa desigualdade existente no campo.

Atualmente, a Segurança Alimentar enfrenta novos desafios, como a necessidade de adaptação às mudanças climáticas, a degradação ambiental e a emissão de gases de efeito estufa relacionados à produção de alimentos. Belik (2024) argumenta que o futuro dos sistemas agroalimentares depende da transição para modelos mais sustentáveis, que equilibrem a produção de alimentos com a preservação do meio ambiente. Além disso, as desigualdades no acesso a alimentos permanecem, com milhões de pessoas em situação de fome, especialmente em regiões marcadas por conflitos geopolíticos e crises econômicas, ademais, o avanço da obesidade e de doenças relacionadas à má alimentação também apresenta um desafio adicional, demandando políticas públicas que promovam não apenas o acesso a alimentos, mas a promoção de dietas saudáveis e equilibradas.

2.2. SEGURANÇA ALIMENTAR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por mais que o acesso e reservas de alimentos seja considerado importante para a análise do poder de um Estado, essa é uma parte que hoje ainda é pouco explorada entre os estudiosos das relações internacionais. Sendo assim, um assunto pouco discutido entre os clássicos da literatura da área, visto apenas como mais um fator de poder e não como um assunto único a ser analisado.

Todavia, ainda assim foram levantadas diferentes óticas sobre a importância da segurança alimentar como fonte de poder de um Estado, principalmente, na área das Relações Internacionais, sendo considerado um poder estratégico. Trazendo a perspectiva do papel da segurança nacional enquanto se objetiva a proteção do Estado-Nação. Autores clássicos da ciência política, a exemplo de Maquiavel (2009) e Hobbes (1974) levantaram a questão em suas grandes obras, “O Príncipe” e o “Leviatã”, respectivamente, que discutem a importância de manter a ordem no Estado para não haver revoltas e o acesso a alimentos diminui a possibilidade da população se revoltar. Ademais, Grizold (1993) também traz como perspectiva a defesa do território como uma necessidade de garantir a proteção das vidas e das propriedades da população, manutenção e existência da soberania nacional, além de precisar assegurar a normalidade das funções básicas da sociedade (econômica, política, cultural...). No aspecto da proteção de vidas é que a segurança alimentar se encaixa para autores clássicos da área, sendo

portanto, a garantia de acesso de alimentos uma função básica e fundamental para a sociedade, como discutido por Lima e Atos (2021).

Para diferentes literaturas das relações internacionais, como a literatura realista, a exemplo de Carr que destaca “A força econômica sempre foi um instrumento de poder político, mesmo que apenas através da sua associação ao instrumento militar.”¹ (CARR, 1939, p.105), ou seja, se a população estiver economicamente estável e ter acesso a alimentos, o Estado teria um poder político muito mais forte para se concentrar no poder militar. Ademais, Morgenthau (2003), destaca a importância dos alimentos para a constituição de poder de uma nação, principalmente quando observado historicamente como o não acesso a esse elemento básico fez com que ocorresse revoluções e revoltas no ambiente doméstico.

Outro autor realista que levantou o debate sobre a importância da segurança alimentar é o Arrighi (2008) que observou como depois da consolidação do capitalismo global houve uma reorientação da produção agrícola nos países periféricos em favor de monoculturas de exportação, subordinando os sistemas alimentares locais à demanda externa e às dinâmicas de mercado internacional. Essa reconfiguração contribui para uma maior vulnerabilidade da segurança alimentar e para a dependência crescente de importações para o abastecimento interno de alimentos básicos.

Já para a literatura liberal, Keohane e Nye (2012) ressaltam a importância da manutenção do recurso, já que ficar dependente das importações dos outros países pode fazer com que eles se submetam politicamente. Portanto, a garantia da segurança alimentar da sua população também é uma estratégia para o estabelecimento de estabilidade e poder de uma Nação, e logo uma forma para aumentar a sua segurança internacional.

Partindo dessas análises nota-se como o acesso à alimentação é imprescindível para se ter um Estado estrategicamente forte como salientado por Keohane e Nye (2012). Ademais, discussões mais atuais, que permeiam o sistema internacional em relação aos alimentos são a maneira como eles são produzidos e o seu consumo, além da maneira como são comercializados hoje, quando se deixou de vender para subsistência e passou a visar o acúmulo de capitais como destacado por Niederle e Junior (2018).

Dessa forma, a maneira gradual em que produção de alimentos se tornou mais um ramo do capitalismo e uma vertente da financeirização que tem como uma das principais características, que foram discutidas por Niederle e Junior (2018), a descentralização e

¹ *Economic strength has always been an instrument of political power, if only through its association with the military instrument*”. Tradução nossa.

desterritorialização do capital e isso promoveu a liberalização de capitais que é marcada pelo aumento do fluxo de Investimento Estrangeiro Direto. Esse tipo de investimento permite a aplicação em empresas, como foi salientado Sandroni (2008), essas mudanças foram fundamentais para possibilitar uma integração no mercado financeiro mundialmente e as empresas agroalimentares não seguiram um caminho diferente.

Seguindo a discussão, Krippner (2011) salienta como a financeirização faz com que a lucratividade econômica esteja mais ligada aos canais financeiros do que das atividades produtivas. Hilferding (1985) salienta como em um primeiro momento o capital financeiro parece incompatível com os interesses das demais classes sociais que não sejam os industriais e os empresários, afinal os produtos industriais encarecem setores como a agricultura e em seu surgimento fez com que a classe operária do campo desaparecesse.

Tendo isto em vista, o setor agroalimentar também foi impactado com a mudança da financeirização em que os governos deixam de dar suporte financeiro para os agricultores e flexibilizaram as burocracias para que os agentes financeiros privados possam atuar no nicho, (NIEDERLE; JUNIO, 2018). Fazendo assim com que um grupo de atores que não investiram ou se interessavam passassem a fazer investimentos expressivos, em muitos casos, junto com empresas agrícolas já estabelecidas, procurando diversificar seus investimentos, principalmente nos anos 2000, já que os outros mercados enfrentavam situações instáveis, além da elevação do preço dos commodities e da terra.

Houve uma crise alimentar decorrente desse aumento de preços que, segundo Niederle e Junior (2018), não pode ser explicado por conceitos comumente discutidos no ramo da economia, como o desajuste de curto prazo oriundo da oferta e procura de determinada mercadoria. Na realidade, ela ocorreu, principalmente, pela alta demanda de alimentos por países em desenvolvimento. Assim o mercado dos alimentos, que é designado para um grupo de compradores e vendedores que estão interligados o suficiente para que impactem as compras e vendas uns dos outros, como destacado por Sandroni (2008), começou a ser considerados como ativos financeiros valorizados e com menor risco do que em outros setores, como salientado por Niederle e Junior (2018).

Sendo assim, o ramo de alimentos foi altamente impactado com a financeirização, tanto no setor primário em que os financiadores dos maiores produtores são oriundos do mercado privado, quanto no destino final em que a comercialização dos produtos ocorre através de commodities. Posto que o seu preço está altamente vinculado a expectativas futuras fictícias do mercado que tem a obrigação de produzir e vender determinada quantidade de produtos com um preço que foi anteriormente acordado, como destacado por Niederle e Junior (2018). Dessa

forma, essa prática de especulação em que a não estabilidade de preços é fundamental para o retorno dos investimentos é também o que determina a dinâmica de comercialização.

Com base na discussão acima, observa-se como os autores clássicos das relações internacionais argumentam em relação a integrar o acesso aos alimentos como parte importante do poder do Estado, principalmente quando observado a dinâmica do sistema internacional das últimas décadas, em que o poder econômico se sobrepõe a outras formas de governança global como dito por Niederle e Junior (2018). Sendo assim, ter acesso aos alimentos e a dinâmica da venda da mercadoria é uma das formas de exercer poder como dito pelos autores realistas e liberais anteriormente citados.

E essa dinâmica nos leva a discussão de uma das maiores mazelas da integridade humana discutida por Josué Castro (1946) em seu clássico livro “Geografia da fome” em que salienta como algumas nações não se importam com o sofrimento de milhões de pessoas causado pela fome que o sistema de financeirização anteriormente discutido sustenta.

Outra análise das relações internacionais através, dessa vez, da política externa são os regimes alimentares que segundo McMichael (2013) são estruturas globais de produção e circulação de alimentos sendo referentes a momentos históricos específicos e que reflete como funciona o sistema internacional no período referido. Como salientado, ele acredita que “... vinculou as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação, distinguindo amplamente os períodos de transformação capitalista desde 1870.”² (McMichael, 2013, p. 1).

Dessa forma, o autor acredita que houve três regimes alimentares, sendo que o primeiro abrangia o período do império britânico em que começou a colonização e assim pode importar os grãos (1870-1930). Depois, segundo McMichael (2013) veio o período em que os Estados Unidos era um dos países hegemônicos e utilizava os alimentos como instrumento de política externa (1950-1970). Por fim, o terceiro regime, que persiste até hoje, é o corporativo e neoliberal, o qual é mantido por diversos atores; não só países, mas também corporações e organizações internacionais que têm poder em relações econômicas e em tratados comerciais.

Ainda sobre os regimes alimentares, McMichael (2013) menciona como a relação entre Estados e mercados são interdependentes, e como o primeiro se submete às regras do comércio internacional e a lógica do capital, em especial com a ascensão do neoliberalismo. Assim, é

² ...linked “international relations of food production and consumption to forms of accumulation broadly distinguishing periods of capitalist transformation since 1870. Tradução nossa.

redefinido a soberania nacional sobre os alimentos, a política de desenvolvimento agrícola e o papel das instituições que acabam colocando regras desiguais em relação ao norte e sul global.

Ademais, Paarlberg (2013) enriquece a discussão sobre o funcionamento da governança global com foco nos mercados globais de alimentos destacando que a maior parte das decisões acontecem em âmbito nacional e que os mercados internacionais funcionam à medida que os governos locais permitem. Todavia, existem maneiras que os países desenvolvidos conseguem reafirmar sua política externa utilizando da ajuda alimentar e o apoio ao desenvolvimento agrícola como instrumento político que promove seus interesses comerciais, impõe seus modelos de produção e ganha influência política sobre esses países.

Tendo isto em vista, os modelos de produção dos países desenvolvidos distorcem a equidade no comércio internacional o que acaba prejudicando agricultores do Sul Global e gerando tensões nas negociações multilaterais. Além disso, Paarlberg (2013) salienta como empresas transnacionais de alimentos e insumos têm poder na arena global influenciando decisões políticas em fóruns internacionais; estabelecendo padrões de produção e consumo mundial e expandindo sua atuação em países em desenvolvimento.

Dessa forma, pode-se notar como o ramo alimentício é instrumentalizado geopoliticamente, além de impactar a governança global e dos mercados internacionais. Demonstrando a sua força de *Soft power* como destacada por Nye que é “...a capacidade de obter o que se deseja por meio da atração em vez de coerção ou pagamentos. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas externas.”³ (NYE, 2004, p. 1).

Seguindo a lógica de Nye (2004), constata-se que os países desenvolvidos utilizam do *soft power* para angariar poder em cima de países do sul global na área da segurança alimentar por deter poder sobre o comércio internacional e por estabelecer e ajudar a fomentar os padrões de produção ao redor do globo. Sendo assim, um instrumento de poder.

3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

3.1. PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO

³ “...It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies.”

Quando observa-se a etimologia da palavra cooperação nota-se que ela significa operar em busca de um fim comum e como Cavalcanti (1975) destaca que no âmbito internacional esse tipo de objetivo não é tão recente. Tendo surgido apenas no século XVI com o advento do Estado, a aplicação do direito internacional e principalmente com o estabelecimento no século XVII do Tratado Vestfália que as bases da cooperação internacional foram estabelecidas.

Cavalcanti (1975) destaca que a integração internacional foi fortalecida em diversas áreas, principalmente em ambientes de ensino como conferências internacionais e foi nesse ambiente que surgiram as organizações internacionais.

Essa integração entre os Estados fez com que uma realidade sem interferência entre eles seja difícil sequer de imaginar, tornando o isolacionismo extremo quase uma situação mística. Afinal, a cooperação internacional tem um sentido mais amplo e tende a significar trabalhar em conjunto. Assim, as instituições e governos não tomam decisões isoladas e buscam desenvolver programas que consideram os benefícios e problemas que podem ocorrer para uma sociedade ou para a comunidade internacional, como dito por Sato (2010).

Tendo isto em vista, a própria Carta das Nações Unidas (1945) reforça que a cooperação internacional deve buscar resolver assuntos não só no departamento de segurança, mas também de “ordem econômica, social, cultural e humanitária para promover os direitos humanos”. Dessa forma, a cooperação internacional pode ser considerada uma grande contribuição em inovação do século XX, pois consegue implementar no mundo a ideia de que existe uma luta para um bem comum universal, através de organizações internacionais que visam o bem da humanidade, como acredita Cavalcanti (1975).

Tanto que antes da Guerra Fria se utilizava com bastante frequência os termos *high E low politics*, todavia ao passo que a cooperação internacional se tornou mais presente essa separação e diminuiu bastante em análises das relações internacionais e isso se deve ao grande aumento das *low politics*, enfatiza Sato (2010).

Contudo, especificamente para autores das relações internacionais a cooperação é extremamente importante para o funcionamento do sistema internacional. Segundo Keohane, “a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas dos outros, por meio de um processo de coordenação de políticas” (Keohane, 1984, p. 51)⁴. Assim, a cooperação ocorre quando há interesses mútuos mesmo que não sejam equilibrados os ganhos.

⁴ Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination. Tradução nossa.

Outra adição importante nesse campo vem de Wendt (1999), o qual acha que além dos interesses para haver cooperação entre os Estados precisa haver valores em comum e percepção do sistema internacional mútuo. Enquanto Bull (1977) acredita que os Estados se formam uma “Sociedade Internacional” com regras e instituições compartilhadas que permitem cooperação e ordem, dessa forma a cooperação se desenvolve com base em normas e práticas comuns e não necessariamente em alinhamento em questão de valores.

Todavia, tem autores como Morgenthau (1985) e Waltz (1979) que acreditam que para haver cooperação é necessário ser subordinada ao interesse nacional e à busca por poder e segurança, além de desconfiarem um dos outros e não fecharem acordos que possam beneficiar mais o outro lado.

Outra perspectiva da cooperação é do autor Hill (2003), que acredita que ela é uma ferramenta da política externa sendo usada para ampliar a capacidade de ação do Estado no cenário internacional, por meio de alianças, tratados e participação em organismos multilaterais. Sendo utilizada para maximizar a influência do Estado e alcançar objetivos nacionais, ou seja, “.....uma política externa consiste no que um estado faz para, ou com, outros estados, envolvendo uma mistura de conflito e cooperação...” (HILL, 2003, p. 3).⁵

Já Jervis (1978), em seu artigo “Cooperation Under the Security Dillema”, também argumenta como que para o estabelecimento da segurança internacional o caminho é a cooperação porque a manutenção do sistema internacional atual depende do interesse em comum dos Estados. Dessa forma, a cooperação deve ser utilizada em todos os aspectos da segurança, inclusive a alimentar.

3.2. A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Visando a discussão dos capítulos anteriores, pode-se concluir que era necessário objetivar uma forma de diminuição da disparidade na distribuição de alimentos ao redor do globo, dessa forma foram surgindo instituições que tem como intuito minar a insegurança alimentar e tem como foco a cooperação para realizar tal fim, por isso surgiu a *Food and Agriculture Organization* como dito por FAO (2022).

A sua criação teve como contexto o final da segunda guerra mundial em que a fome era um problema grave devido à escassez de alimentos em função da destruição de terras agrícolas

⁵ ...a foreign policy consists in what one state does to, or with, other states, involving a mix of conflict and cooperation. Tradução nossa.

e quebra das cadeias produtivas. Assim, não era apenas um problema humanitário, mas também de estabilidade social e política e a cooperação internacional pareceu uma solução para o problema como destacado por Shaw (2007).

A *Food and agriculture organization* foi oficialmente instituída no dia 16 de outubro de 1945, durante uma conferência realizada em Quebec, no Canadá, reunindo 42 países como descrito pela FAO (1945). E teve como um mandato inicial que definiu como três eixos elevar os níveis de nutrição e o padrão de vida das populações; melhorar a eficiência da produção e distribuição de alimentos; elevar a condição das populações rurais e apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura, pesca e florestas.

Então, tendo em vista, o objetivo da criação uma das primeiras realizações da FAO a primeira Conferência Mundial de Alimentação que ocorreu em 1974, e a sua discussão permeou em torno da importância de criar estoques nacionais e mecanismos de segurança para garantir o acesso de alimentos para cada Estado, além de procurar fomentar sistemas que busquem informações que possibilitem monitorar a questão da fome e da promoção da segurança alimentar, como destacado por Leal e Bittencourt (1997).

Nos anos posteriores, na década de 90, o conceito de segurança alimentar começou a adicionar a dimensão nutricional que além de incluir a qualidade dos alimentos também é analisada se os alimentos apresentam uma dieta equilibrada. Fernandes et al. (2024) acredita que essa mudança foi importante para que as políticas alimentares se alinharem aos direitos humanos defendidos pela ONU, pois o direito à alimentação e o direito à saúde e bem-estar se tornaram sinônimos. A mudança ocorreu durante a Conferência Internacional de Nutrição de 1992, que passou a enfatizar a importância de alimentos saudáveis, seguros e regionalmente apropriados.

Entretanto, foi na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 que a segurança alimentar foi assegurada como direito humano fundamental, dessa forma se tornou responsabilidade dos Estados promoverem e implementarem políticas públicas capazes de garantir a todos os cidadãos o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos. No Brasil, esse marco resultou na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), aprovada em 2006, que estabeleceu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Segundo Belik (2024), a LOSAN foi importante para institucionalizar a Segurança Alimentar e Nutricional como um direito social. Assim, destaca-se a importância das políticas intersetoriais em diferentes áreas, como agricultura, saúde e educação, para garantir o direito à alimentação adequada.

3.3. O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO CAMPO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Uma das principais ações do Brasil para o combate à fome através da cooperação, como ressalta Rodrigues; Santana; Shinohara (2024), foi a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 1993 no governo Itamar Franco por meio do Decreto nº 807/1993. Ele foi resultado da pressão social engajada em ações que cobravam o governo na época, assim surgiu o Consea que

...é um órgão de assessoramento do Presidente da República composto por representantes da sociedade civil e representante do governo, que visa propor ações governamentais, medidas e diretrizes no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país.

(Rodrigues; Santana; Shinohara, 2024, p.1)

Rodrigues; Santana; Shinohara (2024) falam que, todavia, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso o CONSEA foi extinto e substituído pelo Programa Comunidade Solidária, o que diminuiu significativamente a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional. Sendo retomado apenas em 2003 durante o governo Lula que junto com o programa Fome Zero teve um papel fundamental para retirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014. Ademais, o conselho promoveu conferências e a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Rodrigues; Santana; Shinohara (2024) destacam ainda que, em 2019, num período crucial que era a pandemia, o CONSEA foi novamente dissolvido, gerando grande reação negativa. Consequentemente, durante esse intervalo a quantidade de pessoas que voltaram a sofrer de insegurança alimentar aumentou.

Outra ação importante no ambiente interno foi a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006, através da Lei nº 11.346. E tem o objetivo de realizar um diálogo entre sociedade civil e governo com a efetivação e formulação de políticas públicas que visam a segurança alimentar e nutricional como destacado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023) , sendo um sistema público que tem três componentes que pode ser encontrado na tabela 1.

TABELA 1

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional
<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pelo monitoramento e elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), dessa forma integrando e articulando os órgãos e as entidades da administração pública federal relacionados com a área de segurança alimentar e nutricional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela articulação entre o governo e a sociedade civil com objetivo de monitorar e acompanhar a implementação das políticas. - A composição é de 2/3 dos conselheiros da sociedade e 1/3 de representantes do governo, sendo presidido por representante da sociedade civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - São realizadas a cada quatro anos e são precedidas por conferências estaduais, regionais e/ou municipais. Sendo um espaço para que a sociedade civil e setores de governo se reúnam e estabeleçam diretrizes e prioridades para a agenda de SAN dos anos seguintes.

Fonte: Elaboração própria (2025, a partir de Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023).

O SISAN é responsável por vários programas que ajudam a diminuir a insegurança alimentar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi criado em julho de 2003, como destacado por Hespanhol (2013), que tem o intuito de:

...promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. (HESPANHOL (2013, p. 470)

Dessa forma, o combate à fome no Brasil é um desafio histórico que ganhou destaque nas agendas governamentais a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003. Durante seus dois mandatos consecutivos (2003-2010), Lula não apenas implementou políticas públicas de distribuição de renda, como o Fome Zero e o Bolsa Família, mas também incentivou uma mobilização social ampla, tornando o combate à fome uma responsabilidade coletiva.

A política de segurança alimentar adotada por Lula foi marcada pela inclusão de movimentos sociais e organizações da sociedade civil como protagonistas na luta contra a

fome. Segundo Oliveira e Santos Júnior (2024), o governo Lula transcendeu a política tradicional, estabelecendo uma relação de cooperação e apoio mútuo com os movimentos sociais. Isso reforçou a ideia de que o Estado não deveria ser o único responsável por erradicar a fome, mas sim um facilitador de um esforço coletivo mais amplo.

Historicamente, o Brasil sempre buscou promover diversos projetos de cooperação seja na área econômica, científica ou produção agrícola, como Albuquerque (2013) salienta, como durante os anos setenta o Estado brasileiro observou o potencial das cooperações para promoção de políticas públicas e desde então ele procura se beneficiar desse método para a realização de projetos mais voltados para as áreas sociais. Para a agenda de segurança alimentar o governo, principalmente, depois dos anos 70 que começou a dar bastante importância à pauta.

Os governos posteriores continuaram com foco nesse problema e buscaram promover políticas públicas que buscavam aumentar o acesso de alimentos para esses cidadãos, o que resultou no assentamento para o estabelecimento de uma Política de Segurança Alimentar Nacional (Albuquerque, 2013).

Posteriormente, as ações promovidas foram a implementação do Fome Zero (Atual bolsa família) que foi criado durante o governo de FHC e continuado durante o governo Lula. De todo modo, esses esforços em torno dessa agenda tiveram resultados positivos e conseguiram retirar o Brasil do mapa da fome em 2014 (Albuquerque, 2013).

Ainda sobre o Fome Zero e Bolsa Família esses foram os maiores instrumentos do governo Lula para o combate à fome e redução da pobreza extrema. O Fome Zero, lançado em 2003, destacou-se não apenas como um programa de distribuição de alimentos, mas também como uma iniciativa que incentivou o fortalecimento da agricultura familiar e a participação de pequenos produtores na cadeia de distribuição de alimentos (Oliveira, 2024). O Bolsa Família, por sua vez, consolidou-se como o maior programa de transferência de renda do país, beneficiando milhões de famílias e contribuindo para a redução da insegurança alimentar, conforme apontado por Schappo (2021).

Esses programas tiveram tanta repercussão positiva no âmbito nacional que surgiram possibilidades de cooperação internacional, principalmente pelo fortalecimento da integração regional via Mercosul, UNASUL e CELAC durante o governo Lula. Os autores Maluf e Prado (2015) discorrem que em abril de 2006 houve um movimento entre os países da região que endossaram a iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome 2025” na Conferência Regional da FAO em Caracas, abrindo espaço para projetos de cooperação baseados na experiência brasileira.

Maluf e Prado (2015) ainda mencionam sobre a iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome 2025” que tinha como meta erradicar a fome na região até 2025 e o Brasil teve um forte protagonismo com a sua experiência do Fome Zero, além de ter sido quem articulou com a FAO e países vizinhos para disseminar metodologias e programas brasileiros. A iniciativa tinha como componentes: o fortalecimento das políticas nacionais de segurança alimentar; apoio à agricultura familiar e sistemas alimentares sustentáveis; garantia de acesso a alimentos saudáveis e de qualidade; integração da dimensão nutricional nas políticas públicas.

Por conseguinte, Maluf e Prado (2015) ainda ressaltam como a América Latina e Caribe já possuíam um histórico de políticas de SAN, o que permitiu um diálogo mais técnico e político com o Brasil. Dessa forma, houve uma facilidade para a implementação de outros programas na região que foram facilitados pela parceria Brasil- FAO que tem o intuito de difundir experiências e políticas públicas brasileiras de combate à fome e promoção da segurança alimentar e que teve inspiração em programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), assim reforçando a cooperação Sul-Sul

Sobre a parceria Brasil-FAO, Maluf e Prado (2015) falam sobre a atuação do programa que busca promover apoio técnico e metodológico para elaboração de planos nacionais de SAN em países da América Latina e Caribe, além de realizar oficinas, capacitações e intercâmbio de experiências entre técnicos e gestores e adaptar modelos brasileiros ao contexto local dos países parceiros, fazendo assim com que práticas brasileiras fiquem internacionalmente conhecidas.

Ademais, a FAO (2024) destaca como desde 2009 a Agência Brasileira de Cooperação, e o FNDE promovem iniciativas de Cooperação Sul-Sul Trilateral voltadas à alimentação escolar, visando fortalecer programas nessa área na América Latina e Caribe, começou com adesão de 5 países e já contou com até 17, atualmente existem 13 países fazendo a inclusão do programa.

Os projetos voltados à promoção de segurança alimentar com foco em alimentação escolar foi tão bem sucedido que em 2018 a parceria Brasil-FAO criou a Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), como dito pela FAO (2018). Em que busca promover a consolidação de programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe, estimulando a alimentação escolar sustentável como estratégia de garantia do direito humano à alimentação adequada

Em 2010, o Brasil começou a promover ações em alguns países na África como o primeiro “Diálogo Brasil-África” em que surgiu o “Mais Alimento Internacional” sendo uma extensão internacional do programa de apoio à agricultura familiar. Em que adquirem crédito

para países em desenvolvimento e subsidiam máquinas e implementos agrícolas brasileiros, promovendo modernização e aumento da produção no campo como dito por Brasil (2015).

Junto a isso foi estabelecida em 2012, a portaria nº 97/2012 como exposto em IPEA (2025) que busca promover o acesso de países em desenvolvimento a tecnologia, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, por meio da cooperação com o setor industrial brasileiro, assegurando melhores preços e condições pós-venda, desde que eles apresentem projetos voltados ao desenvolvimento rural sustentável e à segurança alimentar com base na produção da agricultura familiar.

Em julho de 2011, ocorreu a XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) e nela houve a aprovação da Resolução sobre a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) que tem o objetivo de “contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados-membros e da maior governança das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional” (Sarmiento et al, 2015, p.7).

Sendo assim, Sarmiento et al (2015) destaca como a ESAN tem três eixos principais o primeiro salienta a importância do fortalecimento das políticas de articulação internas que visam promover a SAN, além disso tem como eixo a promoção e utilização de alimentos por parte da população que vive em situação de insegurança alimentar e por fim tem como eixo a busca pela maior disponibilidade e distribuição de alimentos, sendo que o Brasil foi o maior articulador do projeto.

Ainda em 2011 houve a criação do Centro de Excelência contra a Fome a partir da articulação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA) como discutido por Silva (2017) que buscam desenvolver autonomia nos países e que com recursos próprios implementem programas de alimentação escolar e proteção social. Para este objetivo é oferecido apoio técnico e a transferência de conhecimentos e capacidades brasileiras aos governos dos países que demandam apoio do Centro, sendo assim uma plataforma global de intercâmbio baseada em políticas brasileiras.

Posteriormente, o Brasil conseguiu estabelecer mais um programa em que aproxima a cooperação Brasil-África e promove com maior força a política externa do Brasil em relação a SAN na região que é o PAA África (*Purchase from Africans for Africa*) que teve seu início em fevereiro de 2012 que surgiu através da cooperação sul-sul entre o Brasil e países Africanos (Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal) e teve apoio para o sua instituição a FAO e o PMA (Programa Mundial de Alimentos), como mostra Oliveira (2017).

Oliveira (2017) destaca como o programa teve como inspiração o PAA brasileiro que conecta a agricultura familiar ao atendimento de demandas públicas, como a merenda escolar, dessa forma busca fortalecer a agricultura local e garantir a alimentação de crianças na rede básica. Todavia, os programas não são totalmente similares, o programa africano se distanciou principalmente em relação a forma de cultivo dos alimentos, enquanto o Brasil apoia uma agricultura familiar agroecológica, os africanos incorporaram lógica de mercado e a utilização de fertilizantes.

Os programas anteriormente citados fizeram tanto sucesso internacional que, em 2013, o *World Food Programme* (2022) estabeleceu o dia 10 de março como o Dia Internacional da Alimentação Escolar sendo articulada por WFP, com apoio de países parceiros e em especial com a experiência brasileira de alimentação escolar como referência de boas práticas. Dessa forma, o Brasil foi projetado como uma referência na área por conta do seu programa PNAE que foi compartilhado com países na África, América Latina e Caribe.

Assim, após essas ações o Brasil parou de criar novas iniciativas e focou em fortalecer e implementar as iniciativas já existentes como o apoio a Iniciativa ALC Sem Fome 2025 em que foram criadas missões técnicas no semiárido brasileiro, especialmente em Petrolina (PE) e região em 2015, onde o Brasil consolidou políticas e práticas de convivência com a seca. Sendo que essas visitas tinham o intuito de auxiliar países que têm climas semelhantes para lidar com os problemas que essa região pode trazer como escassez hídrica, à vulnerabilidade da agricultura familiar e à insegurança alimentar. Visto que essas missões foram voltadas para técnicos, gestores e organizações de países do Corredor Seco centro-americano como exposto pela FAO (2025).

Outro exemplo de fortalecimento é a contínua implementação do programa “Mais alimentos Internacional” que visa o fortalecimento da agricultura familiar com a exportação de máquinas e insumos, tendo como principal foco os países da África como já discutido anteriormente, além da execução de programas com PAA África e as dos que envolvem a América Latina e Caribe como visto na FAO (2021).

Um novo projeto surgiu em 2021 com a pandemia, como dito por Nações Unidas Brasil (2021), a Cooperação humanitária ao Haiti devido ao COVID - 19, que ocorreu com a articulação do Programa Mundial de Alimentos (WFP/PMA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) garantindo transporte e entrega dos insumos ao sistema de saúde haitiano, além de cestas básicas. Ademais, houve também uma coordenação multilateral no âmbito da CPLP e da FAO, sobretudo na área de segurança alimentar, já que a pandemia comprometeu cadeias produtivas e agravou a fome no país.

Por fim, para finalizar essa etapa do trabalho, iremos falar da 3ª Reunião do Comitê Consultivo do Programa de Cooperação Internacional Brasil–FAO que ocorreu nos dias 12 e 14 de setembro de 2022 no Chile e que tinha o objetivo de delinear as prioridades estratégicas para os próximos cinco anos (2023–2027) e aprimorar os mecanismos de governança compartilhada, além de avaliar a execução atual dos projetos. Terminando com os participantes se comprometendo em continuar a impulsionar os projetos já estabelecidos como o fortalecimento da agricultura familiar, acesso à alimentação saudável, com destaque para alimentação escolar, a promoção da sustentabilidade e políticas agroambientais bem-sucedidas como dito pela FAO (2022).

TABELA 2 - Ações feitas pelo Brasil para a Promoção de segurança alimentar no âmbito nacional e através de cooperação internacional

Período	Ação	Descrição	Referências
1993	Criação do CONSEA	Criado no governo Itamar Franco (Decreto nº 807/1993) como órgão consultivo ligado à Presidência da República.	Rodrigues; Santana; Shinohara (2024)
2003	Reativação do CONSEA e lançamento do Fome Zero	O Governo Lula retoma o CONSEA e lança o Programa Fome Zero, base para políticas sociais de combate à fome.	Rodrigues; Santana; Shinohara (2024)
2003	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional	Compra de alimentos da agricultura familiar para doação a entidades e	Hespanhol (2013)

	de Alimentação Escolar (PNAE)	programas sociais e para serem direcionadas a merendas escolares	
2003-atual	Bolsa Família	Programa de transferência de renda vinculado à segurança alimentar e nutricional	Oliveira (2024); Schappo (2021)
2006	Lei nº 11.346 (LOSAN) – Criação do SISAN	Estrutura institucional da Segurança Alimentar e Nutricional com CAISAN, CONSEA e Conferências Nacionais.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023)
2006	Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025	Liderada pelo Brasil em cooperação com a FAO para erradicação da fome.	Maluf; Prado (2015)
2009-atual	Parceria Brasil–FAO (cooperação Sul-Sul em alimentação escolar)	Apoio técnico e intercâmbio de experiências de alimentação escolar na região.	FAO (2024)
2010	Diálogo Brasil–África / Mais Alimentos Internacional	Exportação de máquinas agrícolas e crédito a países africanos para fortalecimento da	Brasil (2015); IPEA (2025)

		agricultura familiar.	
2011	Estratégia de SAN da CPLP (ESAN-CPLP)	Busca contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade	Sarmento et al. (2015)
2011	Centro de Excelência contra a Fome (FNDE + WFP)	Plataforma global para intercâmbio de experiências em alimentação escolar.	Silva (2017)
2012	PAA África (Purchase from Africans for Africa)	Cooperação Sul-Sul com países africanos (Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal), inspirado no PAA brasileiro.	Oliveira (2017)
2013	Dia Internacional da Alimentação Escolar (10/03)	Estabelecido pelo WFP com base na experiência brasileira do PNAE.	WFP (2022)
2018	Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)	Promove a consolidação de programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe	FAO (2018)

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Rodrigues; Santana; Shinohara (2024), Hespanhol (2013), Oliveira (2017; 2024), Schappo (2021), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

(2023), Maluf; Prado (2015), FAO (2024), Brasil (2015), IPEA (2025), Sarmiento et al. (2015), Silva (2017), WFP (2022), FAO (2018).

4. AÇÕES DO GOVERNO LULA PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (2023 - 2024)

Como discutido acima, o conceito de segurança alimentar abrange não apenas a garantia do acesso a alimentos, mas também envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que sustentam uma vida saudável. Tendo isto em vista, este trabalho busca explorar a interação entre segurança alimentar e as iniciativas de cooperação internacional para enfrentar a fome no Brasil durante o governo Lula de 2023-2024, além de observar a utilização como agente da política externa. A promoção da segurança alimentar tornou-se um pilar da política brasileira tanto no âmbito interno como externo, especialmente em um cenário global marcado pela crescente desigualdade e desafios ambientais.

Uma das primeiras ações do governo no campo interno foi a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em março de 2023, após a sua extinção em 2019. Demonstrando a necessidade de um órgão de caráter consultivo de políticas públicas voltadas para o combate à fome como salientado por Rodrigues, Santana; Shinohara (2024). Nesse mesmo ano foi retomado o foco para erradicar a fome até 2030 com ações como o Programa Brasil Sem Fome. Ademais, na 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que ocorreu no final de 2023 foi reforçado o compromisso com alimentação saudável, justiça social e fortalecimento do SISAN.

O Programa do Brasil sem Fome foi lançado em 31 de agosto de 2023 e o seu intuito é retirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030, além de reduzir a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional. Sendo que a execução do programa tem três eixos como dito pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023) na tabela 3 abaixo:

TABELA 3 - Eixos do Programa Brasil sem fome

Acesso à renda; redução da pobreza e promoção da cidadania;	Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo;	Mobilização para o combate à fome
-------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------	-----------------------------------

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023).

Ademais o programa é coordenado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), envolvendo 24 ministérios e tendo mais de 80 ações e programas com mais de 100 metas, tendo por objetivo aumentar a renda das famílias que passam pela insegurança alimentar, ademais mobilizar governos, dos poderes públicos e da sociedade civil para integrar esforços e iniciativas de combate à fome como exposto pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023).

Essas ações anteriormente citadas são articuladas pelo SISAN, inclusive uma outra ação em âmbito nacional é justamente ampliar a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para que os governos locais se comprometam com o combate à fome. Todavia, mesmo que tenha ocorrido maiores adesões depois do incentivo do governo e que hoje conta com mais de 1.800 municípios que aderiram ao sistema, ainda existe uma grande margem de governos locais que não se comprometeram com o SISAN e que não realizam ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como destacado por Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023).

Além disso, o relatório da ONU (FAO, 2024) registrou que houve um reafirmamento com a promoção da segurança alimentar através de programas como Fome Zero, Bolsa Família, PNAE e PAA. O que posteriormente foi fundamental para a redução da insegurança alimentar severa que ocorreu em 2024.

Outra ação importante destacada pelo Brasil (2025) foi a instituição em 12 de dezembro de 2023 do decreto nº 11.822, que é o programa Alimenta Cidades que busca garantir que a população urbana, principalmente em áreas periféricas, tenha acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e que foram produzidos de maneira sustentável, de forma que respeite o direito à alimentação adequada. E tem como meta atingir até 1.000 municípios dentre eles estão 91 cidades com mais de 300 mil habitantes para serem atingidas até julho de 2025, todavia já em maio de 2025 as 91 cidades já foram mapeadas no programa.

Todas essas ações em campo nacional foram de fundamental importância para a diminuição da insegurança alimentar severa no Brasil, que em 2022 se encontravam 17,2 milhões de pessoas em situação de fome, porém em 2023 segundo o relatório da SOFI esse número caiu para 2,5 milhões. Dessa forma, tendo a redução de 14,7 milhões de pessoas em apenas um ano como exposto no Brasil (2024), tornando cada vez mais próxima a sua saída do mapa da fome o que não acontecia desde 2014.

Abaixo segue a tabela 4, a qual contém todas as ações citadas anteriormente para uma melhor visualização.

TABELA 4 - Ações no âmbito nacional

<p>Reativação do CONSEA</p> <p>Em março de 2023, após a sua extinção em 2019. Demonstrando a necessidade de um órgão de caráter consultivo de políticas públicas voltadas para o combate à fome</p>
<p>Programa Brasil Sem Fome:</p> <p>Busca identificar pessoas em insegurança alimentar, ampliar sua renda com inclusão socioeconômica e cadastrá-las em programas sociais, além de promover a segurança alimentar e nutricional da produção ao consumo.</p>
<p>Fortalecimento do Sisan:</p> <p>O Brasil tem visto um crescimento na adesão de municípios ao Sisan, reforçando o compromisso dos governos locais no combate à fome.</p>
<p>Fortalecimento de Programas com PAA, PNAE, Bolsa Família e Fome Zero</p> <p>Houve um reafirmamento com a promoção da segurança alimentar através de programas como Fome Zero, Bolsa Família, PNAE e PAA</p>
<p>Alimenta Cidade</p> <p>Busca garantir que a população urbana , principalmente em áreas periféricas tenham acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e que foram produzidos de maneira sustentável</p>
<p>Redução da Insegurança Alimentar:</p>

Dados de 2024 indicam uma queda significativa da insegurança alimentar severa no Brasil, associada à rede de proteção social e programas como Fome Zero, Bolsa Família, PNAE e PAA.

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Rodrigues; Santana; Shinohara (2024); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023); FAO (2024); Brasil (2025).

Além de todas as ações que envolvem o ambiente interno já discutidas, o Brasil buscou formas de cooperação internacional para promover a segurança alimentar em países parceiros, como uma forma de estabelecer relações e reafirmar a sua política externa como pioneiro em ações de combate a fome entre os países sul-sul, além de ser umas das formas encontradas para estabelecer uma parceria junto com a FAO como dito em GOV (2024).

A exemplo de projetos que abrangem a América latina e Caribe está um acordo que o Brasil junto com a FAO estabeleceu, que é o “Fortalecimento da Agenda Regional de Sistemas Alimentares para o Contínuo Urbano-Rural na América Latina e Caribe” sendo assinado no dia 17 de novembro de 2024. Esse acordo tem por objetivo aumentar a segurança alimentar e reduzir a pobreza urbana e periurbana, focando em populações vulneráveis nas cidades da região anteriormente citada como exposto na Agência Gov (2024).

Esse projeto buscará promover o lançamento do Fórum Internacional de Sistemas Agroalimentares Urbanos, em Lima (Peru), além do estabelecimento de Oficinas técnicas e intercâmbio regional em 2025 com foco em governança, agricultura urbana/periurbana e financiamento de políticas alimentares inclusivas. Sendo assim, ele representa um avanço na cooperação Sul-Sul da agenda brasileira em segurança alimentar, inspirada nas políticas aplicadas internamente (como programas de apoio à agricultura familiar e Nutrição nas Cidades) , como salientado na Agência Gov (2024).

Além disso, houve outro projeto vinculados ao Brasil-FAO que durante o período do governo Lula 2023-2024 teve fortalecimento e que foram anteriormente citados que é o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) que conta com mais de 60 anos e é referência para a região e promove o intercâmbio de boas práticas e o apoio técnico a países que desejam desenvolver ou aperfeiçoar seus programas. Além de buscar garantir o direito humano à alimentação adequada dos estudantes e fomentar o desenvolvimento local e rural por meio da integração entre alimentação escolar e produção familiar. Tendo atuado em mais de 15 países da América Latina e Caribe como dito por Gov (2024).

Ainda em relação a Cooperação Sul-Sul, o projeto “Fortalecimento da Governança em Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique” foi assinado no dia 25 de abril de 2023 entre o Brasil e Moçambique. Segundo a Aliança Brasileira de Cooperação (2023) tem o objetivo de fortalecer a governança em SAN em Moçambique, promovendo capacitação técnica, adoção de políticas públicas e produção de materiais oficiais, com foco em crianças e comunidades vulneráveis. Tendo o financiamento estimado em US\$2,13 milhões, dos quais US\$2,02 milhões são aportados pelo governo brasileiro; o restante é contrapartida moçambicana, com apoio de parceiros institucionais como o PMA e UNICEF.

Dessa forma, o Brasil busca produzir Capacitação e formação de gestores, profissionais e acadêmicos em segurança alimentar e nutricional. Além de incluir, instrumentos técnicos para políticas públicas como guia alimentar para crianças menores de 2 e 5 anos; catálogo de alimentos regionais; livros de receitas tradicionais e complementares; e por fim protocolos de reabilitação nutricional de crianças pós-internação por desnutrição, como destacado na Aliança Brasileira de Cooperação (2023).

Uma das ações de cooperação humanitária envolvendo a SAN foi a doação de 11 toneladas de alimento feito pelo o Brasil para Gaza que ocorreu no dia 12 de dezembro de 2023 que sofre com os efeitos da Guerra do Oriente Médio e a doação foi feita pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e sendo transportado pela FAB (Força Aérea Brasileira) como dito por Brasil (2025).

Outra ação que será analisada neste trabalho, a partir da Nações Unidas Brasil (2024) é o fortalecimento da RAES que busca ampliar a cobertura dos programas de alimentação escolar, melhorar infraestrutura, fortalecer compras da agricultura familiar, desenvolver normas, promover educação alimentar e nutricional, e aumentar os orçamentos para tais programas.

Sendo um programa de extrema importância como destacado por Mario Lubetkin, Subdiretor-Geral da FAO por “impulsionar programas de alimentação escolar mais resilientes, inclusivos, de qualidade e sustentáveis têm um impacto extraordinário nas comunidades em termos econômicos, sociais, educativos e ambientais” (Nações Unidas Brasil, 2024).

Assim, em julho de 2025 durante o XI Fórum Regional de Alimentação Escolar, 18 países reafirmaram o compromisso com o programa e de melhorar a nutrição de até 85 milhões de estudantes com o apoio da FAO, ABC e FNDE como dito pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2025). Outro ponto de melhora do programa foi a sua incorporação à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, assim somando sua experiência regional ao conjunto de esforços nessa agenda reforçando o pilar do conhecimento dentro da

Aliança, tendo em vista sua experiência técnica desde 2018 em assessorar países da América Latina e Caribe na consolidação de programas de alimentação escolar.

Assim como salientado no anteriormente, como mostra o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024) sobre as ações de Cooperação Internacional tem a “Aliança Global contra a Fome e a Pobreza” que foi lançado no dia 18 de novembro de 2024 na cúpula de líderes do G-20 como um esforço para enfrentar um dos maiores desafios globais que é a fome e a pobreza e tem como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 2 da Agenda 2030.

Como dito pelo Presidente Lula da Silva em seu discurso de lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e em um ato de fortalecimento da política externa para com o comprometimento para a redução da insegurança alimentar ao redor do globo, principalmente em países do sul global.

O símbolo máximo na nossa tragédia coletiva é a fome e a pobreza. Segundo a FAO, em 2024, convivemos com um contingente de 733 milhões de pessoas ainda subnutridas. É como se as populações do Brasil, México, Alemanha, Reino Unido, África do Sul e Canadá, somadas, estivessem passando fome. São mulheres, homens e crianças, cujo direito à vida e à educação, ao desenvolvimento e à alimentação são diariamente violados. Em um mundo que produz quase 6 bilhões de toneladas de alimentos por ano, isso é inadmissível. Em um mundo cujos gastos militares chegam a 2,4 trilhões de dólares, isso é inaceitável. A fome e a pobreza não são resultado da escassez ou de fenômenos naturais. A fome, como dizia o cientista e geógrafo brasileiro Josué de Castro, “a fome é a expressão biológica dos males sociais”. É produto de decisões políticas, que perpetuam a exclusão de grande parte da humanidade. O G20 representa 85% dos 110 trilhões de dólares do PIB mundial. Também responde por 75% dos 32 trilhões de dólares do comércio de bens e serviços e dois terços dos 8 bilhões de habitantes do planeta. Compete aos que estão aqui em volta desta mesa a inadiável tarefa de acabar com essa chaga que envergonha a humanidade. Por isso, colocamos como objetivo central da presidência brasileira no G20 o lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Este será o nosso maior legado. Não se trata apenas de fazer justiça. Essa é uma condição imprescindível para construir sociedades mais prósperas e um mundo de paz. Não por acaso, esses são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 da Agenda 2030. (Presidente da República, 2024)

Ademais, a aliança tem como missão a erradicação da fome e da pobreza, reduzir as desigualdades e conseguir parcerias globais revitalizadas para o desenvolvimento sustentável. O programa tem três pilares, que é o nacional, financeiro e de conhecimento que busca mobilizar e coordenar recursos advindos para políticas que são pensadas e adaptadas para cada país-membro como salientado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024).

Para pôr fim nas análises de ações de cooperação deste presente trabalho temos a renovação da parceria Brasil-FAO no que tange cooperação internacional em alimentação escolar,

apresentando um novo ciclo de cooperação para o período 2024–2027, tendo foco na ampliação e fortalecimento da RAES como exposto na FAO (2023).

A FAO (2023) destaca que essa parceria no novo ciclo tem por objetivo inserir a RAES como parte das redes regionais que apoiam a Coalizão Mundial de Alimentação Escolar; ampliar o diálogo com organizações regionais e internacionais para promover sistemas alimentares que sejam inclusivos; utilizar a rede de alimentação escolar sustentável como forma de fortalecer as políticas nacionais de alimentação escolar e elaborar uma agenda regional de alimentação escolar para garantir o direito humano à alimentação adequada na escola.

Segue abaixo a tabela 5 em que observa as ações em âmbito internacional foram feitas pelo Brasil no período de 2023 e 2024.

TABELA 5 - Ações da Agenda internacional do Brasil em relação à Cooperação

Ano	Ação	Descrição
2023	Retomada da agenda internacional de Segurança Alimentar	O Governo Lula reposiciona o Brasil como referência no combate à fome e na cooperação internacional.
2023	Reaproximação com a FAO e organismos multilaterais	O Brasil voltou a ocupar papel de destaque na FAO, reafirmando compromissos com a segurança alimentar global.
2023	Cooperação Sul-Sul	Fortalecimento de parcerias com países da América Latina, Caribe e África para compartilhar políticas públicas de alimentação escolar e agricultura familiar.

2023	Participação em fóruns internacionais	O Brasil retoma a liderança em espaços como a ONU e a CELAC, defendendo o direito humano à alimentação.
2023	Lançamento da iniciativa ALC Sem Fome 2025	Apoio a países da América Latina e Caribe no enfrentamento da fome e promoção de sistemas alimentares sustentáveis.
2024	Consolidação da Rede de Alimentação Escolar da América Latina e Caribe (RAES)	Expansão e fortalecimento da rede com adesão de mais países, promovendo intercâmbio de boas práticas.
2024	Renovação da cooperação Brasil-FAO	Definição de novo ciclo de cooperação priorizando agricultura familiar, alimentação escolar e combate à fome.
2024	Missões técnicas e intercâmbios	Compartilhamento de experiências do semiárido brasileiro em convivência com o clima e políticas de SAN.
2024	Aliança global contra a fome e a pobreza	Lançada durante a presidência brasileira do G20 em 2024, com a participação de 148 adesões (incluindo 82 países), a aliança busca

		articular recomendações internacionais, políticas públicas eficazes e fontes de financiamento para erradicar a fome e a pobreza.
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração própria, a partir de Brasil (2025); Aliança Brasileira de Cooperação (2023); Nações Unidas Brasil (2024); Agência Gov (2024); FAO (2023); Presidente da República (2024); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi apresentado até aqui, vê-se que a segurança alimentar sempre esteve presente na agenda interna do país e apenas após o primeiro governo Lula em 2003 que se tornou uma referência global no assunto. Dessa forma, abrindo um leque para conseguir estabelecer parcerias internacionais e exportar projetos que foram bem sucedidos, apenas até então, no âmbito nacional.

Todavia, houve um período em que a política externa nesse sentido esteve estagnada, funcionando apenas projetos já existentes ou estabelecendo parcerias pontuais, sendo assim a política externa no campo da segurança alimentar esteve bem menos atuante.

Através dos capítulos, foi tentado demonstrar que a segurança alimentar é um tema de extrema importância e que transita entre o que o que é internacional e nacional, dessa forma demonstrando o quão fundamentais são as ações de cooperação para a redução da insegurança alimentar, além de serem um instrumento importante para a relação entre países.

Tendo isto em vista, o presente trabalho buscou analisar as ações promovidas durante o governo Lula no período de 2023-2024 com foco na promoção de segurança alimentar através da cooperação internacional. Pode-se observar através da retomada de políticas no âmbito interno o esforço sistemático para combater a fome no país e também em se tornar referência na diminuição da insegurança alimentar. O que posteriormente se tornou verídico ao conseguir retirar 14,7 milhões de brasileiros da insegurança alimentar severa segundo Brasil (2024).

Em âmbito internacional, o Brasil buscou retomar o seu protagonismo articulando a exportação de projetos e políticas públicas adotadas no país para países parceiros, visando especialmente a cooperação sul-sul. Buscando assim consolidar a segurança alimentar como eixo estratégico da política externa a reforçando em temas sociais e de desenvolvimento.

Com base em tudo que foi discutido, pode-se constatar que o Governo Lula em sua retomada recolocou a segurança alimentar no centro da agenda nacional e internacional, a colocando como pilar inclusive da sua política externa. Todavia, ainda apresenta desafios como a não adesão ao SISAN em muitos municípios e o alto custo para a manutenção das ações, além de ter o desafio de retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome, como ocorreu em 2014 como dito por Albuquerque (2013).

Em suma, consegue-se concluir que a segurança alimentar e cooperação internacional voltou a serem atores engajados nesses últimos dois anos, reafirmando uma tradição começada anos atrás em ser líderes de causas sociais na região sul-sul. Assim, fortalecendo o *soft power* do país e sua política externa.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Brasil e Moçambique assinam projeto de cooperação em segurança alimentar e nutricional*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-mocambique-assinam-projeto-de-cooperacao-em-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 23 jul. 2025.

AGÊNCIA GOV. *Governo do Brasil e FAO firmam parceria para apoiar populações vulneráveis em áreas urbanas e periurbanas da América Latina e do Caribe*. Brasília: EBC, 17 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/governo-do-brasil-e-fao-firmam-parceria-para-apoiar-populacoes-vulneraveis-em-areas-urbanas-e-periurbanas-da-america-latina-e-do-caribe>. Acesso em: 23 jul. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil entrega 11 toneladas de alimentos doados pelo MST a Gaza**. *Agência Brasil*, Brasília, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/brasil-entrega-11-toneladas-de-alimentos-doados-pelo-mst-gaza>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRASIL. **Programa brasileiro estimula produção rural familiar em países africanos**. *Agência Brasil*, Brasília, 19 maio 2015. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/programa-brasileiro-estimula-producao-rural-familiar-em-paises-africanos>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Mapa da fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023**. Agência Gov, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023-1>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Alimenta Cidades. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/alimenta-cidades>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1977.

CARR, E. H. (1939; 2ª ed. 1946). *The Twenty Years' Crisis: 1919–1939. An Introduction to the Study of International Relations*. Macmillan. Capítulo “Power in International Politics”, pp. 105.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **A cooperação internacional**. Revista de Ciência Política, v. 18, n. 1, p. 3-7, 1975. Acesso em: 09/04/2024. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59605/57957>

SARMENTO, Francisco; PINTO, João. Construção e implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: histórico, balanço e perspectivas. Textos para Discussão 7. (com contribuintes Aboobakar Covela, Avelino Bonifácio, Dinho Major). Rio de Janeiro: UFRRJ/CERESAN, fevereiro 2015.

SATO, Eiiti et al. **Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. 2010. Acesso em: 11/04/2024. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/17399/6.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

ALBUQUERQUE, Felipe Leal. **Atores e agendas da política externa brasileira para a África e a instrumentalização da cooperação em segurança alimentar (2003-2010)**. 2013. 249 f. Trabalho de conclusão de curso - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

COLLIER, David. **The Comparative Method**. American Political Science Association. 1993.

D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley; SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades?. Revista Sociedade e Cultura., [s. l.], v. 23, 2020.

EV, Leonardo da Silveira; GOMES, Aline Burne Pereira. **Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso**. Teoria e Sociedade, [s. l.], v. 22, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/24814814/Entre_a_especificidade_e_a_teoriza%C3%A7%C3%A3o_a_metodologia_do_estudo_de_caso.> Acesso em: 06 maio de 2022.

FAO. *Constitution of the Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Quebec: FAO, 1945. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FAO. Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES). Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. 2018–. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/consolidacao-alimentacao-escolar/rede-alimentacao-escolar-raes/pt/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FAO e ABC/MRE. 2022. **Trajetória da cooperação entre o Brasil e a FAO na América Latina e o Caribe**. Santiago. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cb8915pt>>. Acesso em: 18/05/2022.

FAO. Governo brasileiro e FAO assinam novo ciclo da cooperação internacional em alimentação escolar. Brasília, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1663189/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FAO. Brasil e FAO renovam o compromisso com a cooperação Sul-Sul. Santiago, 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1606397/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Cooperação Sul-Sul Trilateral reforça programas de alimentação escolar em celebração no Itamaraty**. Brasília, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1710201/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FAO. **Food and Agriculture Organization**. 2022. Disponível em : <<https://www.fao.org/about/en/>> . Acesso em: 07/05/2022.

FAO (**Food and Agriculture Organization of the United Nations**). 2021. *The State of Food Security and Nutrition in the World: transforming food systems for affordable healthy diets*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>>. Acesso em: 17/05/2022.

FAO. **Food and Agriculture Organization**. 2021. *Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>>. Acesso em: 17/05/2022

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2021.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome: FAO, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025 – Contribuição da República Federativa do Brasil por meio da Cooperação Sul-Sul*. Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/america-latina-caribe/pt/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FIGUEIREDO BRASIL, Pilar; GEHRE GALVÃO, Thiago. *Segurança alimentar, solidariedade internacional e a política externa no governo Lula (2003-2010)*. In: **3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (Enabri)**, volume 3, número 3, 2011. 21 p. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a35.pdf> . Acesso em: 23 jul. 2025.

GRIZOLD, Anton. **The Concept of National Security in the Contemporary World**. *International Journal of World Peace* 11, no. 3, 1993, p 37-53.

HAJE, Lara. Deputados e especialistas sugerem medidas para combater o agravamento da fome no Brasil. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 05/10/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/813602-deputados-e-especialistas-sugerem-medidas-para-combater-agravamento-da-fome-no-brasil/>>. Acesso em: 18/05/2022.

HENRIQUES, Anna Beatriz; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. **Reavivando o método qualitativo: as contribuições do estudo de caso e do process tracing para o estudo das relações internacionais**. *Revista Debates*, vol. 9, no 1, 2015, p. 09-23.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. *Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar*. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/24484>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Programa Mais Alimentos (Política nº 645) – Perguntas Frequentes*. Catálogo de Políticas Públicas do Ipea. Última atualização da base de dados em 31 de julho de 2025. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/politica/645/perguntas-frequentes?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 ago. 2025.

JERVIS, Robert. Cooperation Under the Security Dilemma. **World Politics**, vol. 30, no. 2, 1978, pp. 167–214. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2009958>> . Acesso em: 16 maio de 2022.

LIMA, Tiago; ATOS, Tiago. **COVID-19 e (in)segurança alimentar: os efeitos da pandemia na cadeia mundial de suprimento de alimentos**. *Revista IDEAS*, v. 15, n. 1, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ideas/article/view/41960>. Acesso em

Keohane, Robert O. e Nye, Joseph S. **Power and Interdependence**. Nova York: Longman. 2012.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KRIPPNER, G. R. **Capitalizing on crisis: the political origins of the rise of finance**. Cambridge: Harvard University, 2011

MALUF, R.S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes; 2007.

MALUF, Renato S.; PRADO, Bruno. *Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional*. Textos para Discussão, n. 8, fevereiro 2015. Rio de Janeiro: CERESAN/UFRRJ; OXFAM, 2015. Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/ceresan>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MARQUES, Paulo E. **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**. Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MCMICHAEL, Philip. The Food Regime Project. In: MCMICHAEL, Philip. *Food Regimes and Agrarian Questions*. Rugby: Practical Action Publishing, 2013. p. 1–20. Disponível em: <https://doi.org/10.3362/9781780448787>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. *Brasil Sem Fome*. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN*. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Líderes mundiais lançam a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. *Portal Gov.br – MDS*, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/lideres-mundiais-lancam-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2003.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 1985.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Com apoio do WFP, Brasil faz doação humanitária ao Haiti*. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/126388-com-apoio-do-wfp-brasil-faz-doacao-humanitaria-ao-haiti>. Acesso em: 18 ago. 2025.

Nações Unidas Brasil. Rede regional de alimentação escolar se fortalece com adesão de 17 países da América Latina e do Caribe. Brasília: ONU Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/285125-rede-regional-de-alimentacao-escolar-se-fortalece-com-adesao-de-17-paises-da-america-latina>. Acesso em: 19 ago. 2025.

NIEDERLE, P. WESZ JUNIOR, V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NYE, Joseph S. *Soft power: the means to success in world politics*. New York: PublicAffairs, 2004.

OLIVEIRA, Giselle Paulino dos Reis de. *Um estudo de caso sobre o PAA África, na Etiópia, no contexto da cooperação Sul-Sul brasileira em segurança alimentar e nutricional*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

OLIVEIRA, Kelvi da Silva; SANTOS JÚNIOR, Pedro Pereira. **Além da política: o legado do governo Lula de 2003 a 2010 na mobilização dos movimentos sociais contra a fome**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 13, n. 1, p. 01-17, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe*. Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/alimentacao-escolar/pt/>. Acesso em: 23 jul. 2025

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Rede de Alimentação Escolar Sustentável se incorpora à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Roma: FAO, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1733915/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*. São Francisco, 26 jun. 1945. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PAARLBERG, Robert. *Food Politics: What Everyone Needs to Know*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/wentk/9780199322404.001.0001>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento da *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza*. Rio de Janeiro, 18 nov. 2024. Portal Gov.br – Planalto. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-no-lancamento-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 2 ago. 2025.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

RODRIGUES, Gabriela Ferreira; SANTANA, Aline Gomes; SHINOHARA, Neide Kazue Sakugawa. **O retorno do CONSEA e as perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil para 2024**. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Curitiba, v. 22, n. 4, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4164/2796>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

SCHAPPO, Sirlândia. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19.** SER Social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SHAW, D. J. *World Food Security: A History Since 1945*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SILVA, Andressa Caroline Molinari da. **A origem do Centro de Excelência contra a Fome e sua atuação no marco da cooperação Sul-Sul em segurança alimentar e nutricional.** 2017. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

UNITED NATIONS. *Final Act of the United Nations Conference on Food and Agriculture*. Washington, DC: UN, 1945

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WORLD FOOD PROGRAMME – Centre of Excellence against Hunger. *International School Meals Day: the support offered by the Centre of Excellence to countries across the world*. Brasília: CoE/WFP, 2022 (publicado em 9 de março de 2022). Disponível em: <https://centrodeexcelencia.org.br/en/dia-internacional-da-alimentacao-escolar-o-apoio-do-centro-de-excelencia-a-paises-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 17 ago.